

VITÓRIA

PMS	FMT	AMIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	07/08/03	
Caderno	Local	07
Seção		
Assunto	ganne	
	Vitória	

Casa Cardinalícia perde integridade

Início da obra depois do tombamento da Vitória é criticado. O caso está na mira do Ministério Público Federal

MARY WEINSTEIN

A história remonta a exatos 70 anos. Depois de uma década de polêmica, no dia 7 de agosto de 1933, uma segunda-feira, a portentosa Igreja da Sé começou a ser demolida. Abria caminho para os bondes que, no final das contas, rodaram menos de meio século. Obsoletos, foram substituídos.

Com o dinheiro da indenização paga pela Companhia Linha Circular — 300 contos de réis —, repassado pela prefeitura, dom Augusto Álvaro da Silva, então arcebispo primaz do Brasil, comprou a casa do Campo Grande, que viria a ser transformada em Residência Arquiepiscopal. Agora, por ironia da história, esta mesma casa assiste, solitária, à construção de um edifício em seu entorno. Será a residência de 60 compradores de alto luxo, oferecido pela Odebrecht, na forma verticalizada, super moderna, do prédio Morada dos Cardeais.

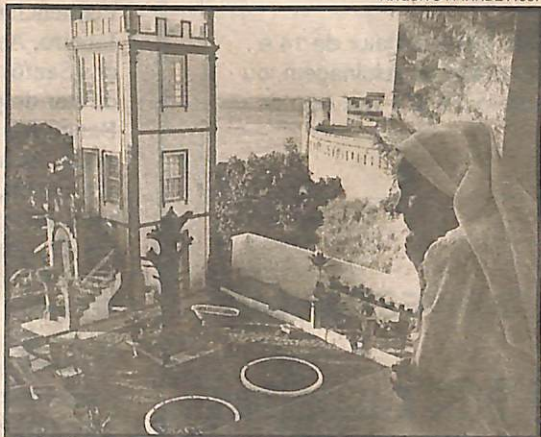
As obras do novo prédio, no Campo Grande, foram iniciadas no mês passado, com toda a papelada legal devidamente fornecida pelo município. O projeto prevê teleférico e quadra de esportes no recuo do palácio, que ficará de pé. Mas não sem alguns tropeços por moradores de Salvador. Com as escavações, derrubada das garagens e de árvores, além da destruição dos jardins do antigo Palácio, a reação ao empreendimento recrudescceu. Mas foi a demolição da torre, construída pelo engenheiro inglês Hugh Wilson, que suscitou os comentários mais contundentes.

“Quando cheguei em casa meu filho me avisou que tinham derrubado. Fiquei com lágrimas nos olhos. A torre era muito bonita. Os pinheiros que arrancaram, também. Era a moradia dos periquitos. É uma pena a destruição que está fazendo”, disse a professora Márcia Portinho, moradora do Edifício Campo Grande. “Como é que se destrói uma torre

com características tão singulares? Mutilaram a Casa Cardinalícia”, alerta o estudante de Comunicação Cláudio Leal.

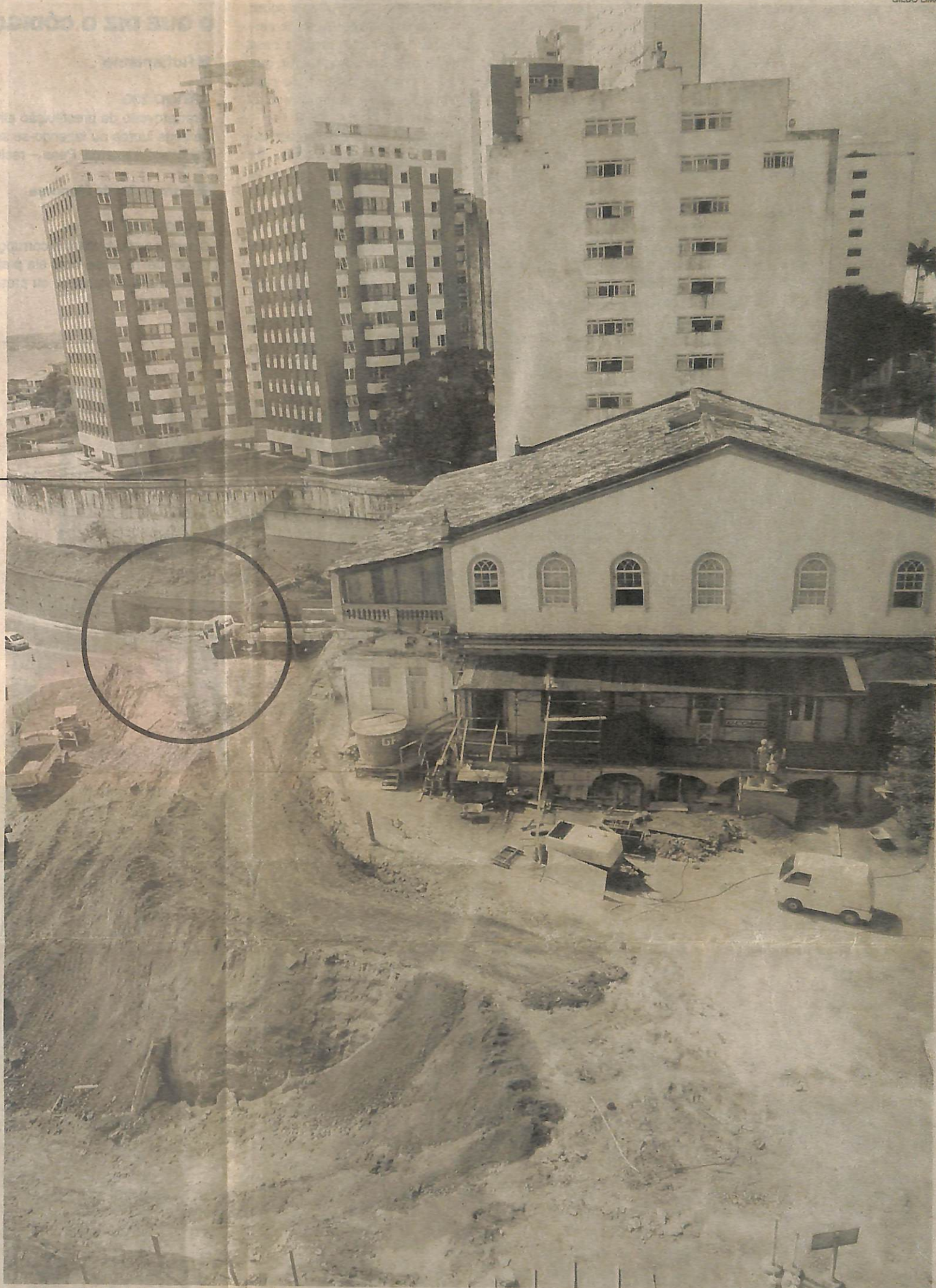
NEGOCIAÇÃO — No livro *Memória da Sé* (1974, Edições Macunaíma), o ex-superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia, Fernando da Rocha Peres, conta que com a venda do templo, pago em cheque do Banco Econômico, a casa adquirida no Campo Grande foi transformada em Palácio Arquiepiscopal, onde passaram a morar os cardeais, até o período dom Lucas Moreira Neves.

Dom Augusto orava e olhava a Baía de Todos os Santos do mirante em forma de torre que agora foi destruído. O atual arcebispo primaz do Brasil dom Geraldo Majella vendeu a Casa Cardinalícia por R\$ 10 milhões e foi morar em um condomínio fechado à margem da avenida que homenageia o antigo sacerdote, a Avenida Cardeal da Silva.



ARQUIVO A TARDE /1987

Detalhe em foto de 1987: onde ainda se vêem a torre e os jardins da casa



Obra da Odebrecht prevê teleférico e quadra de esportes na parte externa, mas o Palácio se manterá de pé

Ministério Público acompanha

“A notificação é um passo na direção que nós estamos encaminhando a questão”, disse o procurador da República Oliveira Guanais, confirmando que um procedimento administrativo acompanha o caso. “O Ministério Público tem a atribuição constitucional de proteger o patrimônio que é de interesse de toda a coletividade. Agora temos uma outra realidade, depois da notificação do tombamento”, disse.

O professor de Direito Administrativo da Universidade Fede-

uma linda avenida (a Contorno). E isso tudo passa a não ser mais importante? Que coisa mais importante! Na época era importante e agora não é mais?”, assinala ele.

O professor de Direito Constitucional da Ufba, Ari Guimarães, diz que o tombamento não tem efeito retroativo, mas que “toda intervenção física a ser efetuada no palácio deve ser submetida à análise. Uma coisa é um projeto aprovado e outra é a construção do edifício. O Palácio precisava

ONDE FICA



EDITORIA DE ARTE / A TARDE

Construtora tem respaldo legal

A discussão e o descontentamento de moradores vizinhos ao futuro edifício só fazem crescer e vão alcançar “30 andares da mais pura indignação” sobre a aprovação legal de um projeto deste porte, exatamente no local que hospedou João Paulo II por duas vezes.

A construtora responsável pela obra, a Odebrecht, queria ficar de bem com as leis, inclusive com a de tombamento, que no artigo 18 proíbe edificações no en-

Grande, Canela e Vitória enviou carta ao Iphan e à prefeitura apoiando o tombamento) e preocupação do setor imobiliário (duas impugnações apresentadas ao Iphan), o processo de tombamento deslanchou. O Ministério da Cultura intercedeu, agilizando o tombamento provisório, decretado e publicado em 16 de junho. “As coisas não podiam ficar como antes”, disse o secretário-geral do Minc, Juca Ferreira.

...pública, no dia 7 de agosto de 1933, uma segunda-feira, a portentosa Igreja da Sé começou a ser demolida. Abria caminho para os bondes que, no final das contas, rodaram menos de meio século. Obsoletos, foram substituídos.

Com o dinheiro da indenização paga pela Companhia Linha Circular — 300 contos de réis —, repassado pela prefeitura, dom Augusto Álvaro da Silva, então arcebispo primaz do Brasil, comprou a casa do Campo Grande, que viria a ser transformada em Residência Arquiepiscopal. Agora, por ironia da história, esta mesma casa assiste, solitária, à construção de um edifício em seu entorno. Será a residência de 60 compradores de alto luxo, oferecido pela Odebrecht, na forma verticalizada, super moderna, do prédio Morada dos Cardeais.

As obras do novo prédio, no Campo Grande, foram iniciadas no mês passado, com toda a papelada legal devidamente fornecida pelo município. O projeto prevê teleférico e quadra de esportes no recuo do palácio, que ficará de pé. Mas não sem alguns tropeços rigorosamente registrados por moradores de Salvador. Com as escavações, derrubada das garagens e de árvores, além da destruição dos jardins do antigo Palácio, a reação ao empreendimento recrudescceu. Mas foi a demolição da torre, construída pelo engenheiro inglês Hugh Wilson, que suscitou os comentários mais contundentes.

“Quando cheguei em casa meu filho me avisou que tinham derrubado. Fiquei com lágrimas nos olhos. A torre era muito bonita. Os pinheiros que arrancaram, também. Era a moradia dos periquitos. É uma pena a destruição que estão fazendo”, disse a professora Márcia Portinho, moradora do Edifício Campo Grande. “Como é que se destrói uma torre

com características tão singulares? Mutilaram a Casa Cardinalícia”, alerta o estudante de Comunicação Cláudio Leal.

NEGOCIAÇÃO — No livro *Memória da Sé* (1974, Edições Macunaima), o ex-superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia, Fernando da Rocha Peres, conta que com a venda do templo, pago em cheque do Banco Econômico, a casa adquirida no Campo Grande foi transformada em Palácio Arquiepiscopal, onde passaram a morar os cardeais, até o período dom Lucas Moreira Neves.

Dom Augusto orava e olhava a Baía de Todos os Santos do mirante em forma de torre que agora foi destruído. O atual arcebispo primaz do Brasil dom Geraldo Majella vendeu a Casa Cardinalícia por R\$ 10 milhões e foi morar em um condomínio fechado à margem da avenida que homenageia o antigo sacerdote, a Avenida Cardeal da Silva.



Detalhe em foto de 1987: onde ainda se vêem a torre e os jardins da casa



Obra da Odebrecht prevê teleférico e quadra de esportes na parte externa, mas o Palácio se manterá de pé

Ministério Público acompanha

“A notificação é um passo na direção que nós estamos encaminhando a questão”, disse o procurador da República Oliveira Guanais, confirmando que um procedimento administrativo acompanha o caso. “O Ministério Público tem a atribuição constitucional de proteger o patrimônio que é de interesse de toda a coletividade. Agora temos uma outra realidade, depois da notificação do tombamento”, disse.

O professor de Direito Administrativo da Universidade Federal da Bahia, Paulo Damasceno, garante que o Iphan tem base legal para pedir a revisão do alvará de construção fornecido à Odebrecht. “Se existe um alvará autorizativo, se essa obra ainda não foi executada e, se a posteriori, vem um ato administrativo, como é a notificação decretada pelo Iphan, o alvará da prefeitura está automaticamente revogado. A obra tem que ser submetida a um novo regime de análise. Temos, agora, um novo olhar preservacionista, diferentemente de quando não havia a notificação”, diz o professor, lembrando que “existia um mobiliário belíssimo inventariado pelo Iphan”.

O professor explica que “você não tomba apenas o bem, mas o recheio e o entorno da propriedade, toda a ambiência que é igualmente importante. Os jardins faziam parte do traçado original”, lamenta o professor, querendo saber onde está o mobiliário. “O projeto de Diógenes Rebouças procurou preservar a casa. Fez um desvio caríssimo e foi feita

uma linda avenida (a Contorno). E isso tudo passa a não ser mais importante? Que coisa mais incongruente! Na época era importante e agora não é mais?”, assinala ele.

O professor de Direito Constitucional da Ufba, Ari Guimarães, diz que o tombamento não tem efeito retroativo, mas que “toda intervenção física a ser efetuada no palácio deve ser submetida à análise. Uma coisa é um projeto aprovado e outra é a construção do edifício. O Palácio precisava ser preservado em sua integridade — é uma necessidade da contemporaneidade como documento de uma época. Para o professor, que trabalhou para o Iphan, integrou o Conselho de Cultura e é membro da Academia de Letras da Bahia, “fica um aspecto cinematográfico, uma cena hollywoodiana. É um tipo de mau gosto porque produz um contraste que não faz sentido algum”.

“O Campo Grande é delimitado em duas de suas extremidades por duas obras de extrema relevância da arquitetura moderna, tanto da Bahia quanto brasileira — o Teatro Castro Alves e o Hotel da Bahia. Isso significa que qualquer interferência na praça deve dialogar com o já existente”, disse Ana Fernandes, professora da Faculdade de Arquitetura da Ufba. Ela valoriza a função do Campo Grande como primeiro espaço sincronizado com os ideais republicanos em Salvador. Um espaço para a reunião e as diferenças.

Em um encontro entre técnicos



EDITORIA DE ARTE/ A TARDE

Só resta a saudade do patrimônio que cede lugar a um novo espigão



EDMAR MELO

do Iphan e entendidos sobre patrimônio arquitetônico, na sede do Iphan, o impacto foi geral quando um folder promocional do Morada dos Cardeais foi aberto. “Era um buraco e agora terá um prédio enorme”, disse um dos presentes.

“A culpa não é do Iphan”, disse um professor de Direito que não pode se identificar, “mas da sociedade”, que, no entendimento dele, não se manifestou. Mas a professora de História Ernita Baquero conta que conseguiu levantar um histórico da Casa Cardinalícia e um abaixo-assinado de

moradores da área, os quais foram encaminhados ao Iphan, em Brasília, para demonstrar o descontentamento em relação ao espigão. A professora questiona também a privatização da vista pelo empreendimento.

Construtora tem respaldo legal

A discussão e o descontentamento de moradores vizinhos ao futuro edifício só fazem crescer e vão alcançar “30 andares da mais pura indignação” sobre a aprovação legal de um projeto deste porte, exatamente no local que hospedou João Paulo II por duas vezes.

A construtora responsável pela obra, a Odebrecht, queria ficar de bem com as leis, inclusive com a de tombamento, que no artigo 18 proíbe edificações no entorno de imóveis protegidos para não alterar a ambiência e a visibilidade do bem, a menos que autorizadas pelo órgão de proteção do patrimônio. Que o tombamento demoraria a ser adotado ficou bem claro no entendimento da Odebrecht com o Iphan.

Enquanto corria o tempo, a empresa calçou-se legalmente. Manteve repetidos contatos com a regional e a central do Iphan cerca de quatro anos depois de o pedido de tombamento ter sido feito pelo Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Bahia (Sinarqu) e um ano antes que, como resultado, 12 imóveis fossem finalmente notificados como Conjunto Arquitetônico do Corredor da Vitória. Dentre estes, a Casa Cardinalícia, onde a obra está sendo feita. Sobre um outro processo de tombamento, aberto no Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (Ipac), até hoje, ninguém sabe afirmar ao certo que fim levou.

Para surpresa e aplausos da comunidade em geral (a Associação de Moradores do Campo

Grande, Canela e Vitória enviou carta ao Iphan e à prefeitura apoiando o tombamento) e preocupação do setor imobiliário (duas impugnações apresentadas ao Iphan), o processo de tombamento deslanchou. O Ministério da Cultura intercedeu, agilizando o tombamento provisório, decretado e publicado em 16 de junho. “As coisas não podiam ficar como antes”, disse o secretário-geral do Minc, Juca Ferreira.

ODEBRECHT — A assessoria de imprensa da Odebrecht informa que a torre destruída “era um simples reservatório todo deteriorado e sem valor histórico. Convém lembrar que a área não é tombada. A quadra de tênis será construída em terreno da própria Odebrecht. Temos escritura dessa propriedade e não interfere em nenhuma via pública. Nada será construído em cima de viaduto nenhum. O prédio respeita a cota 50 (metros) que é determinada pela prefeitura como limite de maneira a preservar a encosta. A Odebrecht está agindo como sempre agiu, de acordo com a lei. Temos alvará”.

Semana passada, quase dois meses depois de a resolução ter sido assinada pela presidente do Iphan, Maria Elisa Costa, a assessoria em São Paulo não sabia que o tombamento tinha sido efetivado. No entanto, o representante da empresa na Bahia, Djean Cruz, manteve contato recente com a 7ª Superintendência Regional do Iphan (Bahia).